

Resumo Esta apresentação tenta contribuir para a re-invenção do feminismo a partir dos contributos dos estudos *queer*. Partindo dos vários níveis de instabilização identitária propostos pelos estudos *queer*, é feita uma proposta que, se bem que crítica do enraizamento habitualmente identitário das estratégias políticas do feminismo, não deixa de encontrar ainda tarefas políticas fundamentais para ele. Um feminismo *queer* (no sentido de identitariamente não fixista), e pós-colonial (no sentido de híbrido e liberto de falsas simetrias), será um feminismo que saberá conviver doutro modo com a instabilização das significações identitárias, estabelecendo como luta fundamental não a crítica aos homens, não a crítica a todas as masculinidades, não a crítica particular ao patriarcado, mas a crítica geral à masculinonormatividade dominante. Em que pode consistir esta masculinonormatividade e quais os recursos de que podemos fazer uso para a combater serão os temas finais desta apresentação.

Palavras-chave *queer*, feminismo, masculinonormatividade.

De que forma podem os estudos *queer* re-inventar o feminismo? De que forma pode o activismo *queer* re-inventar o activismo feminista? Será possível um feminismo *queer*?

Os estudos *queer* começaram por ser uma crítica da forma como os estudos gays e lésbicos estabilizaram a figura do homossexual, como lugar moderno de chegada de uma série de figuras pré-homossexuais, tendo os estudos gays e lésbicos sido acusados de não terem sido suficientemente perspicazes para perceber que a fixidez duma figura homossexual existe apenas para legitimar a falsa fixidez da figura do heterossexual. Mais, a figura do homossexual, ao ser o suplemento desviante deste binómio, existe para garantir a heterossexualidade como norma, como neutro, como centro. Denunciada que estava a falsa simetria e falsa fixidez deste regime sexual identitário, outras simetrias tradicionais e estáveis, igualmente ligadas ao sexo, podiam ser também denunciadas. Começava aqui um caminho de instabilização identitária que viria a provocar instabilidade noutros eixos de dominação/subordinação, nomeadamente no sistema sexo/género.

Judith Butler (1990), com base na análise da atribuição de género a intersexos, pessoas que nascem com heterogeneidade na diferenciação sexual¹, concluiu que o próprio sexo biológico (a nossa identificação como machos ou fêmeas) é um efeito performativo do género (do que cultural e repetidamente considera-

1 Estatisticamente uma em cada cem pessoas nasce intersexual.

mos ser um homem e uma mulher), e não matéria-prima biológica neutra – não existindo portanto uma relação necessária entre o género e o corpo.

A heterogeneidade a que nos referimos, existente em diversos graus, diz respeito ao facto de poder não existir, numa mesma pessoa/bébé, um alinhamento de todas as características sexuais pelas características tradicionais de um só género, ou seja, não são todas tradicionalmente femininas, nem são todas tradicionalmente masculinas. Esse desalinhamento não impede a identificação de género – ou até a revolta contra a dualidade do sistema, as identificações intersexuais.

Que características sexuais são essas? Cariótipo: organização dos cromossomas sexuais; diferença gonádica (ex: ovários, testículos); morfologia genital (ex: lábios, clitoris, pénis); configuração dos órgãos reprodutores internos; características sexuais pubertárias.

Hoje em dia sabemos que observarmos uma dessas características numa dada pessoa não quer dizer que encontremos nela todas as outras. Sabemos também que nem sempre é fácil interpretar (social e medicamente) que identidade de género devemos atribuir a essas pessoas, ou seja, que identidade de género elas próprias virão a desenvolver de forma mais provável. O facto de ser mais fácil realizar essa interpretação numa pessoa do que noutras não deixa de chamar a atenção para o facto da construção do género ser uma interpretação/construção social e não uma mera constatação dum facto natural.

Butler considera assim que a identidade não é algo essencial que defina o indivíduo mas sim um efeito da repetida *performance* de certos signos e convenções culturais, por exemplo significações do género e da sexualidade, no caso da identidade de género.

A *performance* do género como repetição actualizada da norma, como actualização de um *habitus*², é um forte sistema de poder, isto porque o modo de produção da *performance* enuncia, actualiza e dissemina a norma, apesar de não a justificar, de não expor a sua genealogia. A sua força está precisamente no facto de se exercitar sem aparentemente necessitar de justificações.

Hoje voltamos a lembrar-nos que o exercício da *performance* não se faz no vazio mas sim e sempre num determinado contexto ou quadro institucional, quadro institucional esse que existe e persiste com base em determinados recursos materiais e simbólicos. Os recursos materiais são facilmente identificáveis e atribuíveis, ou não. Quanto aos recursos simbólicos, alguns deles são discursivamente desconstruíveis, outros apenas ironizáveis na prática³.

2 *Habitus*: sistema de disposições duradouras, inculcado inconscientemente e colectivamente, para a geração de práticas e de representações.

3 De entre as práticas que são simultaneamente desconstrutoras e também produtoras de novos públicos, salientamos as práticas produtivas de recursos simbólicos alternativos, nomeadamente de culturas visuais alternativas – quando os jogos da linguagem discursiva estão demasiado presos a dualismos reducionistas, determinados regimes de visibilidade podem ajudar-nos a pensar melhor.

Em consequência desta desnaturalização do género, um feminismo *queer* tem que ter a humildade de reconhecer que o regime de dominação/subordinação com base na identidade de género não é necessariamente mais fundamental, em todos os contextos, do que outros regimes de dominação/subordinação, apesar de ser, eventualmente, o primeiro a manifestar-se na vida dos cidadãos. Poderá ser o regime com maior força de exclusão e subordinação em determinados contextos de vida, mas não em todos. Penso ser isto que Wittig queria dizer quando afirmava que as lésbicas não eram mulheres. Mas podemos igualmente dizer que as negras não o são, ou seja, que em determinados contextos de vida há lugares de subordinação, mas também de produção cultural alternativa, que sobredeterminam o género, que retiram pertinência às suas estratégias e lutas identitárias dominantes.

A identidade de género (identificar-se como homem ou mulher) é uma das primeiras identidades construídas no processo negociado de socialização do indivíduo. A primeira é a filial. No entanto, a filial é vivida como relacional e a de género não. Isto significa apenas que esta identidade é aquela que, de acordo com a ideologia dominante, é entendida como mais directamente vinculada a factores ditos naturais, nomeadamente ao sexo biologicamente interpretado (ser macho ou ser fêmea), logo, aquela que menos tende a ser vista como construída. Ora, está na hora do feminismo assumir de vez todas as consequências da instabilidade identitária do feminino, nos mais variados contextos e condições de vida, ou seja, de assumir a multiplicidade das condições femininas e masculinas, nomeadamente, e porque não, as condições femininas dos homens (não só dos homens que passaram por processos de transexualização/transgenderismo, como de muitos mais homens) e as condições masculinas das mulheres.

O feminismo contemporâneo tem que assumir a defesa de todos os excluídos do sistema de sexo/género tradicional, reconhecendo que o marcador de exclusão/subordinação não é neutramente biológico (ser fêmea) mas sim socio-cultural (ser feminino). A defesa das feminilidades e das masculinidades não dominantes, recusando paralelamente a fixidez dessas feminilidades como opostas a masculinidades dominantes, e a fixidez das masculinidades como opostas a feminilidades subordinadas, é o código postal deste caminho. Um desses regimes de masculinidade dominante é o patriarcado. Outro desses lugares é o homem ocidental moderno, o homem da classe média, branco e heterossexual. De notar que estes regimes de masculinidade nunca são exclusivamente regimes de masculinidade; são intersecções de vários eixos em que a masculinidade é centralizada (o sistema de sexo/género não tem a autonomia social que aparenta; essa falsa autonomia faz parte da sua estratégia de dominação). Estas masculinidades globalizaram-se, tornaram-se hegemónicas, e estão a invisibilizar alternativas⁴.

4 Boaventura de Sousa Santos define a globalização como «o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a

Que feminilidades/masculinidades alternativas são essas? Por um lado, aquelas em que o feminino/masculino que se deixou cruzar com múltiplos eixos de dominação/subordinação, produziu identidades/práticas que são pontos de interseccionalidade provisória desses mesmos eixos [como por exemplo o eixo da (d)eficiência, da idade, da etnia, da classe, da sexualidade, da beleza corporal, etc.], vidas que resistem a identificar-se com os lugares e lutas do masculino/feminino tradicional – isto não esquecendo que o mesmo sujeito, num dado contexto sociogrupal, pode encontrar-se oprimido por um dos eixos mas fortalecido por outro, e ter, assim, outros estatutos/identificações socio-identitários completamente diferentes noutros contextos socigrupais ou noutros momentos da sua vida. Estas são feminilidades/masculinidades alternativas por sobre-determinação do sistema sexo/género por outros eixos de dominação/subordinação.

Isto implica reconhecer que existem mulheres que não são vítimas do sistema tradicional de sexo/género, ou que só o são em determinados contextos, assim como existem homens que o são – tudo depende dos contextos institucionais, da dinâmica intergrupar e das estratégias de auto-identificação adoptadas.

Mas existem outras feminilidades/masculinidades alternativas, aquelas que subvertem o próprio sistema sexo/género, complexificando internamente este eixo de subordinação/dominação.

Se os estudos *queer* evoluíram para a noção que identidades e/ou práticas *queer* são identidades e/ou práticas anti-heteronormativas, ou seja, identidades e/ou práticas que expõem a ficção/dominação ideológica que consiste em estabelecer uma relação de causalidade necessária entre o sexo anatómico (interpretar-se macho ou fêmea), o género (identificar-se mulher ou homem) e o desejo sexual (praticar-se hetero ou homossexualidades), o feminismo *queer* tem que ser antimasculinonormativo⁵, ou seja, expor a ficção/dominação ideológica que consiste em estabelecer uma relação de causalidade necessária entre sexo anatómico (interpretação biológica do sexo como macho ou fêmea), género (auto-identificação como homem ou mulher) e expressão de género (apresentar-se externamente como masculino ou feminino).

A complexificação do sistema sexo/género é aqui introduzida pelo conceito de expressão de género, cunhado e exigido como direito por múltiplas comunidades transgénero em todo o mundo. Neste direito à livre expressão de género incluem o direito à ambiguidade, à sobreposição e à contradição de género. A expressão de género é considerada uma forma de apresentação exterior⁶ que

capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival» (Sousa Santos, 2004: 334), ou seja, conforme afirma também logo de seguida «aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de um determinado localismo». No caso dir-se-ia que a globalização consiste num processo de subordinação dum dada condição social feminina a partir da afirmação de um dado localismo histórico, um dado regime de masculinidade.

5 E não antipatriarcal, pois que existem mais regimes de dominação masculinizante do que o patriarcado.

6 Que não necessariamente de auto-identificação, como a identidade de género.

inclui comportamentos, roupa, corte de cabelo, voz, características corporais e outras marcas exteriores. Como exemplo de discriminação face à liberdade/expressão de género temos o caso da mulher que é despedida por não usar maquilhagem, do homem que é incomodado por não praticar desporto, ou por ser corporalmente feminino e usar roupa justa...

E como se define então esta masculinonormatividade? Ela está presente em tudo aquilo a que só alguém que seja socialmente reconhecido como macho, homem e masculino pode ter acesso, e em todos os processos sociais existentes para garantir e impor esta exclusividade de acesso, estas fronteiras. Isto significa que não só as tradicionalmente mulheres estão excluídas, como estão excluídos os que se identifiquem como homens que não sejam garantidamente biologicamente machos e não se expressem de forma masculina, ou mesmo que se expressem. Assim como os garantidamente machos que não se identifiquem como homens e não se expressem de forma masculina, ou mesmo que se expressem. Assim como os que se expressem de forma não masculina, mesmo que se identifiquem como homens (pior se não se identificarem) e sejam certificadamente machos. Assim como estão excluídos os machos homens masculinos que recusem esse acesso privilegiado.

Mas está, também, igualmente presente em todos os lugares sociais a que pode e deve desejar ter acesso quem seja fêmea mulher feminina, todos eles socialmente desvalorizados quando comparados com o seu falso simétrico masculino, mesmo que socialmente considerados exclusivos desta fêmea mulher feminina – veja-se a maternidade como obrigação social e suprema auto-realização do feminino e a paternidade como opção generosa, como extra (identitária e socialmente falando).

Mas a masculinonormatividade está, acima de tudo, presente na criação de todos os não-lugares sociais, de todas as violências que se exerçam nos espaços de ambiguidade, sobreposição e contradição do sexo biológico, da identidade e da expressão de género, cada um por si ou nos seus cruzamentos.

A caracterização destas feminilidades/masculinidades mais subordinadas, destes não-lugares, é trabalho para uma sociologia das ausências:

Os silêncios, as necessidades, e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma sociologia das ausências que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemónicos e contra-hegemónicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. O silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida (Sousa Santos, 2000: 30).

Demasiado ausentes do feminismo têm estado, entre outros, os gays, as lésbicas e os transgénero. Conforme se vê as razões dessas ausências não são meramente organizacionais, intragrupal; são razões que estão no coração da masculinização do próprio feminismo, ou seja, da armadilha em que o feminismo caiu ao

aceitar a oposição masculino/feminino como consequência da oposição macho/fêmea e da oposição homem/mulher. À masculinonormatividade acrescentou-se a heteronormatividade, ou seja, a correspondência unívoca destes pares de opostos com o par de opostos, igualmente inflexível, homossexual/heterossexual, e a suspeita, bem antiga, de que as lésbicas eram, ironicamente, as únicas mulheres que dormiam com o inimigo.

É preciso, pois, pós-colonizar o feminismo, no sentido em que «Enquanto o discurso colonial assentou na polaridade entre o colonizador (Prospero) e o colonizado (Caliban), o pós-colonialismo salienta a ambivalência e a hibridez entre ambos já que não são independentes um do outro nem são pensáveis um sem o outro» (Sousa Santos, 2001: 31). Neste sentido contra-hegemónicas podem ser também as vidas que consomem de forma selectiva a masculinonormatividade, seus lugares e marcadores, naquilo que alguns autores consideram ser um novo papel da imaginação na vida social. Para Sousa Santos este será um consumo subversivo:

(...) ao subverter os essencialismos, a hibridez pode alterar as relações de poder entre os sentidos dominantes e os sentidos dominados. O espaço híbrido cria abertura pelo modo como descredibiliza as representações hegemónicas e, ao fazê-lo, desloca o antagonismo de tal modo que ele deixa de sustentar as polarizações puras que o constituíram (Sousa Santos, 2001: 33).

Perguntar-se-á: deve então o feminismo abandonar as mulheres que se identificam primeiramente como mulheres, que se identificam como fêmeas e que preferem ter comportamentos tradicionalmente vistos como femininos, e que são efectivamente vítimas do sistema de dominação sexo/género (nomeadamente na interiorização desta auto-identificação, se ela for totalitária em todos os seus contextos de vida), dificilmente podendo deixar de ser essas vítimas se as significações dinamizadas pelas instituições promotoras desse sistema continuarem na mesma? Claro que não. O ponto não está em abandonar ou criticar estas mulheres, nem em deixar de criticar esse sistema. O ponto está em alargar as feminilidades/masculinidades com que nos preocupamos, em ser um feminismo de muitos mais, e consequentemente ter uma noção mais fluída das fronteiras geradas pelo sistema sexo/género, tentando sempre instabilizá-lo ao ponto da sua dissolução.

A questão não está em começar a dormir com o inimigo; a questão está em assumir que dormimos com o inimigo desde sempre, ou seja, que não é o masculino o inimigo mas sim a forma como muitos estão excluídos dos lugares de poder das masculinidades e feminilidades dominantes. E a questão não está em recuperar para os excluídos esses lugares de poder mas sim em mostrar que nem os que sempre a eles tiveram acesso, nem os que sempre deles foram excluídos, são realmente assim tão diferentes, ou seja, que quem quiser dominar vai ter que inventar outro sistema – para este já demos.

A questão está então nos recursos a que se tem ou não acesso e nos que se podem criar para apoiar a disseminação e valorização dessas feminilidades/masculinidades instabilizadoras de fronteiras.

Boaventura de Sousa Santos refere uma possibilidade de produzir uma globalização contra-hegemónica: o recurso ao cosmopolitismo, ou seja, «a solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pela globalização hegemónica» (idem, 337), redes estas que, neste caso, estariam sempre atentas a feminilidades/masculinidades activamente ausentadas pelo sistema tradicional de sexo/género. Mas não basta constituir as redes; é necessário que elas consigam colocar significações em circulação que instabilizem as significações existentes, é necessário que elas produzam culturas públicas, que criem o seu próprio (espaço) contrapúblico.

As identidades são relações de diferenciação desiguais (Sousa Santos, 2001: 46) em que quem tem poder para declarar ou silenciar/invisibilizar a diferença, tem poder para hierarquizar essas diferenças. Todos os sistemas sociais existem para criar fronteiras/assimetrias/diferenciações e mecanismos de policiamento dessas fronteiras. Uma vez instabilizadas as fronteiras, tornam-se de difícil aplicação os mecanismos de policiamento, e o sistema colapsa. E então? E então o feminismo *queer* evoluirá para outra coisa, as lutas serão outras – porque vontade de domínio existirá sempre e ela necessita de sistemas sociais produtores de diferenciação, apoiados nos índices de diferenciação que inventarem, inventem-nos biológicos ou não, inventem-nos com marcadores corporais ou não. Nos entretantos, a consciência humana da voracidade desta vontade de domínio avança, em todos os grupos de todas as sociedades, e é cada vez mais difícil aos grupos dominantes, sejam eles quais forem, construir sistemas de dominação que perdurem, pelo menos que perdurem sempre apoiados nos mesmos regimes. A instabilidade e precariedade dos próprios regimes de dominação é uma conquista, frágil e sempre alerta, dos subordinados.

Referências Bibliográficas

- Bourcier, Marie-Hélène (2001), *Queer Zones – Politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoirs*, Paris, Editions Balland.
- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge.
- Butler, Judith (1993), *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of «Sex»*, New York, Routledge.
- Cvetkovich, Ann. (2003), *An Archive of Feelings – Trauma, Sexuality and Lesbian Public Cultures*, Durham & London, Duke University Press.
- Corber, Robert J. & Valocchi, Stephen (org.) (2003), *Queer Studies – An Interdisciplinary Reader*, Oxford, Blackweel Publishing.
- Fausto-Sterling (2000), *Sexing the Body – Gender Politics and the Construction of Sexuality*, New York, Basic Books.

- Halberstram, Judith (1998), *Female Masculinity*, Durham, N.C., Duke University Press.
- Mouffe, Chantal (1996), *O regresso do político*, Lisboa, Gradiva.
- Preciado, Beatriz (2000), *Manifeste contra-sexuel*, Paris, Editions Balland.
- Sedgwick, Eve Kosofsky (1990), *Epistemology of the Closet*, Berkeley, University of California Press.
- Sedgwick, Eve Kosofsky, *Tendências* (1993), Durham, N.C., Duke University Press.
- Sedgwick, Eve Kosofsky, *Touching Feeling – Affect, Pedagogy, Performativity* (2003), Durham & London, Duke University Press.
- Sennett, Richard. *O declínio do homem público – As tiranias da intimidade* (1988), São Paulo, Companhia das Letras.
- Santos, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência* (2000), Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade* (1994), Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Entre ser e estar* (org.) (2001), Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Reconhecer para libertar* (org.) (2004), Porto, Edições Afrontamento.
- Volcano, Del LaGrace. *Sublime Mutations* (1999). Konkursbuchverlag.

Abstract

Queer Activism and Feminism

This presentation aims to contribute to a re-invention of feminism, using contributions from *queer* studies as a starting point. Starting from the different layers of identity instability proposed by *queer* studies, we present a proposition that, although critical of the usually identity-driven rooting of feminist political strategies, assigns to it some political tasks that are still quite essential. A feminism which is *queer* (in a non fixed identity sense), and post-colonial (in a hybrid and free from false symmetries sense), will be a feminism able to articulate in a different way with instability of identity significances, assuming as its key fight, rather than criticism of men, or criticism of all masculinities, or particular criticism of patriarchy, the general criticism of dominant masculinonormativity. Defining this masculonormativity and the resources we can use to fight it is the final issue of this presentation.

Key words *queer*, feminism, masculinonormativity.

Resumé

Activisme Queer et Féminisme

Cette présentation essaie de contribuer à la re-invention du féminisme à partir des contributions des études *queer*. En partant des différents niveaux d'instabilisation identitaire proposés par les études *queer*, nous avançons avec une proposition qui, même en critiquant l'enracinement d'habitude identitaire des stratégies politiques du féminisme, lui assigne encore des tâches politiques fondamentales. Un féminisme *queer* (dans un sens non fixiste du point de vue identitaire), et post-colonial (dans un sens hybride et libéré des fausses symétries) sera un féminisme capable de s'articuler autrement avec l'instabilisation des significations identitaires, en assumant comme lutte essentielle non pas la critique

des hommes, ni la critique de toutes les masculinités, ni la critique particulière du patriarcat, mais la critique générale de la masculinonormativité dominante. En quoi consiste cette masculinonormativité et quelles sont les ressources que nous pouvons utiliser à fin de la combattre est le sujet final de cette présentation.

Mot-clés *queer*, féminisme, masculinonormativité.

Anabela Rocha, rocha.anabela@sapo.pt. Nascida em 1967 em Santa Maria da Feira. Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pós-graduada em Ciências da Comunicação – Jornalismo. MBA Europeu em Audiovisual e Multimédia. Ativista no movimento homossexual português desde 1994. Autora de vários sites de intervenção *queer*, como por exemplo, Branco No Lilás I e II; Zona Queer. Ex-Vice-Presidente da Associação Opus Gay. Ex-Membro da Rede Europeia da Ilga Europe.

Artigo recebido em Janeiro de 2005 e aceite para publicação em Outubro de 2005.